

News Paper

Informativo
Setorial ANDIPA



Nesta edição

Copagem tem palestras sobre transformação e comunicação

Página 9

Com exceções, a importação de 2021 segue em retração

Página 10

Consumo de I&E no ano se aproxima do volume de 2019

Páginas 11 e 12

Coluna Two Sides: o desafio dos lixões

Página 13

A fibra que move o mercado de papel

Pesquisador da Embrapa exalta as múltiplas aplicações do eucalipto, além da celulose. Fibra também é aquilo que impulsiona as empresas e entidades do setor, diante dos desafios e transformações. Nesta edição, um pouco do cenário da indústria gráfica.

Veja nas páginas de 2 a 6

Andipa alerta para dificuldade de acesso e Receita Federal cria serviço digital para registro de papel imune

Página 7

Ibá e Receita Federal firmam convênio de cooperação para combate ao desvio de finalidade do papel imune

Página 8

EXPEDIENTE

NewsPaper Informativo Setorial ANDIPA é uma publicação da Associação Nacional dos Distribuidores de Papel (ANDIPA). Direitos autorais reservados. Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião da entidade. A reprodução é permitida desde que citada a fonte.

Contatos

(11) 3044-2214 - www.andipa.org.br
comunicacao@andipa.org.br
andipa@andipa.org.br

Presidente

Vitor Paulo de Andrade

Diretoria

Antonio Manoel de Mattos Vieira Neto
José Luiz Barbosa Leonardos (*in memoriam*)
Marcelo Patury Accioly

Presidente Executivo

Vicente Amato Sobrinho

Assistente Administrativo

Edna Souza

Conteúdo Editorial e Diagramação
Keser Serviços de Comunicação

Jornalista Responsável

Rosangela Valente (Mtb 121/MS)

O preço do caos na logística global

O ano de 2021 ficou marcado por uma crise na cadeia de suprimentos sem precedentes no mundo contemporâneo, que provocou alta nos preços dos fretes internacionais. Este cenário afeta o abastecimento de produtos em todos os países, inclusive e especialmente o mercado de papéis no Brasil. Se ao longo do ano, o problema afetou a economia, enquanto tentávamos entender a dimensão das dificuldades e os impactos no segmento de papel, a partir de agora e daqui para frente temos de ficar bem atentos às questões logísticas.

A pandemia de Covid-19 foi um evento inesperado que afetou tanto a oferta quanto a demanda de produtos e serviços em todos os países, em maior ou menor escala. Na logística global, portos foram fechados e voltaram a operar gradativamente assim como grande parte das atividades econômicas e produtivas, deixando um passivo a ser administrado. Faltaram contêineres para o transporte marítimo e os preços do frete dispararam, afetando o abastecimento de produtos em diversos segmentos.

Provavelmente, para a maioria dos agentes da cadeia produtiva do papel, o problema foi evidenciado pela escassez do produto internacional, sentida primeiro no papel cartão, segmento que teve aumento da demanda em função dos novos hábitos de consumo na pandemia. Talvez os mais acostumados ao comércio exterior souberam de antemão identificar o potencial complicador do descompasso no fluxo de mercadorias, desencadeado pela falta de contêineres.

Fato é que cada vez mais vozes dos mais diversos segmentos estão questionando quando e como deve ser normalizada essa situação dos portos e do preço dos fretes internacionais. Especialistas versados no assunto têm dito que a pandemia impulsionou um desequilíbrio que já era latente no transporte internacional, provocando sobrecarga no ecossistema do comércio mundial. Ou seja, os preços continuam pressionados e a logística global requer atenção.

Aliás, olhando para o nosso mercado, os impactos chegam às gráficas e aos consumidores. Ou seja,

todos são interessados no percurso e nos percalços enfrentados na cadeia produtiva, seja qual for a origem dos diversos tipos de papéis, até que deixem de ser matéria-prima e sejam transformados em caixas, embalagens, livros, jornais, revistas e qualquer outro tipo de impresso.



o/andipa

É claro que a situação é mais delicada nos nichos de mercado mais dependentes do papel importado. Mas, há de se reforçar que os produtores nacionais de papéis são também exportadores e, igualmente, foram impelidos a readequar suas estratégias de escoamento e até de produção. Também não custa lembrar que no Brasil temos agravantes de câmbio e inflação que pesam sobre o comércio exterior, ainda mais no caso de commodities, como o papel, que têm preço interno atrelado ao mercado internacional.

Recentemente o governo reduziu em 10% as tarifas de importação sobre a maioria dos bens e serviços, incluindo uma centena de classificações de papéis, entre eles os principais tipos utilizados pela indústria gráfica. Embora tímido, o corte foi recebido como um sinal para maior liberalização comercial, algo necessário e especialmente importante para alguns segmentos de papel.

Este pequeno alento tributário e a consciência das dificuldades com a logística global e os impactos nas atividades econômicas devem ser motivações adicionais para ficarmos mais atentos ao mercado internacional em 2022. Unidos e em conjunto, podemos buscar, nas adversidades, oportunidades de fomento à produção gráfica e editorial e, consequentemente, à cadeia do papel.

*Vitor Paulo de Andrade
Presidente do Conselho Diretor*

Eucalipto, a fibra da agricultura

Por Evaristo de Miranda *

Todo dia comemos e consumimos eucalipto. E ninguém se dá conta. O eucalipto reina entre as árvores cultivadas no Brasil. Segundo a Indústria Brasileira de Árvores - IBÁ, são mais de 5,5 milhões de hectares plantados com eucalipto, com uma produtividade média de 39 m³/ha/ano. As florestas de eucaliptos atendem à demanda nacional por lenha, carvão e, sobretudo, celulose. Entre as aplicações da celulose, a produção do papel e do papelão são as maiores e as mais conhecidas. Mas não é só isso. As pessoas não imaginam o quanto as florestas de eucalipto participam da sua alimentação, do seu vestuário, do conforto de seu lar e até dos cuidados com a saúde.

Um produto excepcional extraído do eucalipto é a chamada polpa de celulose solúvel (dissolving pulp). Trata-se de um material com alto teor de celulose (> 92-97 %) quando comparado ao teor encontrado nas polpas kraft convencionais (85-90%), destinadas a produção de papel e papelão. A polpa de celulose solúvel tem alta pureza e baixo nível de contaminantes inorgânicos. Dada sua alvura e viscosidade, ela pode ser aplicada nos mais diversos produtos, sobretudo na área de alimentação, saúde e cosmética.

Nos produtos alimentares, ela entra na produção de tripa de celulose para confecção de embutidos (salsichas, linguiças, mortadelas etc.). A celulose solúvel é um excelente estabilizante, emulsificante e espessante, capaz de integrar grande número de alimentos industrializados e processados como sorvetes, iogurtes, biscoitos, doces, hambúrgueres, queijos, molhos, ketchup e sopas.

Na construção civil, a celulose é utilizada para a confecção de painéis e divisórias de ambiente (drywall). No setor energético e petroquímico, a celulose é usada para a produção de bioprodutos e biocombustíveis, inclusive o etanol. O etanol celulósico é obtido pela quebra das cadeias de celulose, hemicelulose e pectina da estrutura fibrosa dos vegetais, através de uma cadeia de processamento química e bioquímica.

A celulose é um dos principais constituintes das paredes celulares das plantas (cerca de 33% da massa da planta). Ela não é digerível pelo homem, mas constitui uma fibra dietética, fundamental para o bom funcionamento do aparelho digestivo, sobretudo dos intestinos.



Reprodução

De acordo com a Indústria Brasileira de Árvores, mais de 75% das exportações do Brasil vão para dez principais destinos. A China está no topo da lista, com 48,1% do total (US\$ 2,9 bilhões), seguida por União Europeia (12,6%), Estados Unidos (5%), Turquia (2%), Tailândia (1,9%), Coreia do Sul (1,7%), Irã (1,7%), México (1,7%), Vietnã (1,6%) e Bangladesh (1,5%). Além dos US\$ 6 bilhões alcançados em exportações de celulose, os produtos da indústria de base florestal do Brasil também embarcam US\$ 1,7 bilhão em papéis e US\$ 276 milhões em painéis de madeira no ano de 2020. A celulose é, de longe, a fibra vegetal mais produzida e consumida no país.

** Evaristo de Miranda é Engenheiro Agrônomo, tem mestrado e doutorado em ecologia pela Universidade de Montpellier (França). Com centenas de trabalhos publicados no Brasil e exterior, é autor de 45 livros, incluindo Tons de Verde (português, inglês e chinês).*

Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária desde 1980, participou e coordenou mais de 40 projetos de pesquisa e implantou e dirigiu três centros nacionais de pesquisa. Atualmente é chefe geral da [Embrapa Territorial](#), em Campinas, SP.

Artigo originalmente publicado no [Canal Terraviva](#), nas versões [texto e vídeo](#), e disponível também no Canal da Embrapa <https://youtu.be/76P9EQayaVI>.

Cenário e desafios para a indústria gráfica

A produção física da indústria gráfica brasileira deve crescer 8% em 2021. A estimativa era de crescimento de 7,9% e foi revista com os dados do terceiro trimestre, conforme consta no Boletim Econômico da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf Nacional). Mesmo com resultado positivo, o desempenho de 2021 ficará longe de cobrir a queda de 17,8% exibida pelo setor em 2020. Entre o segundo e o terceiro trimestres deste ano, a produção física da indústria gráfica registrou avanço de 0,8%, na série sem efeitos sazonais. Quando comparado ao terceiro trimestre de 2020, o volume produzido pelo setor cresceu 16,9%, mas é 14,9% abaixo do nível pré-pandemia (quarto trimestre de 2019).

Em diferentes proporções, todos os segmentos das atividades gráficas foram impactados pela paralisação provocada pela pandemia de Covid-19. As empresas focadas no promocional sentiram mais a demora na retomada da economia, já as indústrias de embalagens viram crescer as demandas e as dificuldades de acesso à matéria-prima. Para falar do cenário atual para a indústria gráfica, o NewsPaper ouviu os presidentes das duas entidades que coexistem na representatividade do setor, a Abigraf Nacional e a Andigraf – Associação Nacional das Indústrias Gráficas e da Comunicação. “Já há algum tempo os empresários tentam se adaptar às transformações, aí veio a pandemia e deixou as gráficas sem trabalho, trazendo mais incertezas”, avaliou Sidney Anversa Victor, presidente da Abigraf Nacional.

Com atuação dedicada ao treinamento, à capacitação do empresário gráfico e assessoria, a Andigraf viu na conjuntura atual uma oportunidade de fortalecimento de projetos cooperativos. Os aumentos de preços e custos e a carência de matéria-prima,

em especial do papel cartão, impulsionaram tanto a importação coletiva quanto as negociações via Central de Compras. Nos dois projetos, a Associação trabalha em conjunto com os sindicatos para aproximar clientes e fornecedores, que negociam diretamente entre si, buscando as melhores opções comerciais, como explicou Roberto Carlos Moreira, presidente da Andigraf.

A dificuldade de abastecimento de papel, diante da alta de preços e também dos custos de frete internacional, foi pauta da reunião plenária da Abigraf Nacional de dezembro, que teve como convidados representantes da Suzano Papel e Celulose e da Andipa. O mercado de distribuição enfrenta as mesmas condições adversas que a indústria gráfica, conforme destacou o presidente executivo da Andipa, Vicente Amato Sobrinho, palestrante no encontro. Com o aumento da demanda e a redução de oferta, Amato disse que os distribuidores também fizeram ‘esforços para privilegiar o cliente fiel e assim devem continuar agindo uma vez que não há perspectivas concretas de mudanças imediatas’.

Abigraf

Para fazer frente aos novos desafios, a Abigraf também procura inovar e estar mais próxima de seus associados, levando para o âmbito nacional o formato dos grupos empresariais por segmento de atividade. “Estamos abrindo os grupos de São Paulo para o Brasil todo. Assim, uma gráfica de caderno, por exemplo, pode ser a única em sua região, mas tem a oportunidade de se juntar a outras do seu mercado e tratar de pautas que lhes são específicas”, disse Anversa, enfatizando a experiência bem-sucedida em São Paulo, estado no qual se concentra a demanda por impressos e onde a indústria gráfica é muito forte.

De acordo com Sidney Anversa, que ocupa o cargo de presidente da Abigraf Nacional desde o dia 1º de junho passado, a gestão 2021/2023 deve ser inovadora, mais descentralizada e participativa. O empresário prevê que a entidade terá trabalho ainda mais intenso em algumas frentes, como o encaminhamento das reformas em discussão no Congresso Nacional, em especial a tributária.

Produção física da indústria gráfica

Período	Indústria Gráfica	Atividades de Impressão	Embalagem de Papel	Produtos de Papel	Indústria de Transformação
2019	-0.4%	-1.5%	0.6%	-0.9%	0.2%
2020	-17.8%	-38.7%	0.8%	-4.9%	-4.6%
2ºTri 21/2ºTri 20	8.7%	17.4%	4.9%	-2.3%	25.2%
3ºTri 21/3ºTri 20	16.9%	57.0%	-1.2%	4.3%	-1.2%
3ºTri 21/2ºTri 21*	0.8%	2.4%	-0.5%	2.4%	-1.9%

* Com ajuste sazonal

Fonte: IBGE – Elaboração: Decon / Abigraf

Cenário e desafios para a indústria gráfica



Tributação

Os dirigentes das duas associações relataram esforços recentes para diminuir a carga do imposto de importação sobre os papéis gráficos, como forma de ampliar a concorrência e dar mais competitividade ao setor. A redução de 10% nas alíquotas, vigente a partir de novembro e até o final de 2022, foi considerada tímida. “Pedimos alíquota de 4%, mas esperávamos algo em torno de 50% de redução”, contou o presidente da Andigraf, entidade que apresentou ao governo e a parlamentares um estudo sobre a tributação.

As duas associações têm algumas pautas semelhantes e divergem em outras, como na questão do papel imune. A Andigraf foi responsável por encaminhar o pedido de exclusão do papel do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, que estabelece a imunidade aos livros, jornais, periódicos e ao papel destinado à sua impressão. “O fim da imunidade sobre o papel, incluído na PEC 110, atende o interesse do médio e pequeno gráfico”, disse Roberto Carlos Moreira, acrescentando que todas as obrigações acessórias “criadas para regular o papel imune só geraram mais trabalho para o pequeno gráfico e não resolveram o problema do desvio da imunidade e da sonegação”.

Mercado atrativo

O segmento de embalagens vem se mostrando pujante e é praticamente exceção na indústria gráfica e, por isso, tem atraído a atenção de empresários. O movimento é natural, mas requer cautela pois a adaptação é complexa e vai muito além da aquisição de maquinários caros e treinamento de pessoal, na avaliação do presidente da Abigraf Nacional, Sidney Anversa, que é proprietário da Congraf. “Uma fábrica de embalagem é muito diferente de prestar serviço de impressão para os mercados de marketing e publicidade, por exemplo. É fabricar um produto com incidência de ICMS e IPI que vai ser inserido no produto final que será embalado”, enfatizou o empresário que atua no ramo de embalagens há quase 50 anos.

Anversa considera que a busca por novos nichos é necessária sobretudo para as gráficas menores, que enfrentam mais dificuldades, mas não podem se restringir a questão da embalagem. “Muitos devem migrar para o segmento de embalagens, mas poucos terão condições de continuar”, avalia, recomendando que as empresas devem estar atentas às oportunidades na sua região e se adaptar às tecnologias e necessidades locais, em termos de formatos e aplicações.

Andigraf

Tendo uma proposta diferenciada que valoriza o espírito cooperativo dos elos da cadeia produtiva, a Andigraf nasceu em 2018 da reunião de 15 sindicatos estaduais das regiões Norte e Nordeste, unindo a indústria gráfica e a comunicação, abarcando assim todos os segmentos gráficos, visual, sinalização e flexografia. Atualmente a entidade reúne 20 sindicatos e tem quase 3 mil associados nos 26 estados da Federação e no Distrito Federal, onde fixou sua sede.

O seu modelo de financiamento é um dos principais diferenciais da entidade. Os associados da Andigraf são isentos de mensalidade e o custo operacional da Associação é bancado através de parcerias e patrocínios de fornecedores e empresas ligadas aos negócios da indústria gráfica e da comunicação. Além do seu próprio custeio, a entidade também gera receita para os sindicatos parceiros, que recebem comissão de 40% na captação de fornecedores. Moreira contou que a forma de arrecadação foi pensada como alternativa ao fim da contribuição sindical compulsória, permitindo que os sindicatos pudessem se manter.

Abigraf prepara censo da indústria gráfica

A pandemia de Covid-19 agravou o quadro já delicado de parte da indústria gráfica brasileira, levando ao fechamento de muitas empresas. Para mapear, o universo gráfico e identificar o atual perfil e as necessidades das empresas, de todos os portes e em todos os cantos do país, a Associação Nacional da Indústria Gráfica (Abigraf Nacional) se juntou a outras entidades do setor para fazer o Censo da Indústria Gráfica. Realizado em paralelo com a retomada do Anuário Brasileiro da Indústria Gráfica, o projeto deve ser concluído no primeiro semestre de 2022, e vai trabalhar com a data de corte dos dados pesquisados em 2021 e o faturamento fechado de 2020.

Pela proposta, o estudo vai permitir retratar os cenários da indústria gráfica nos âmbitos nacional e regional. No geral, será possível conhecer o perfil e as dimensões do setor, a estrutura produtiva e operacional, o perfil das receitas e as ações de marketing e vendas e as importações e exportações de produtos por países de origem e destino. E também mensurar números de empresas, empregos e consumo de papel por estado, porte e segmento, bem como a estrutura operacional com valor da produção, utilização da capacidade instalada, markup médio; investimentos em equipamentos, tecnologias (TI) e treinamentos, além de ações de marketing e promoção de vendas.

Com diferentes cotas de participação, o censo envolve a Abigraf Regional São Paulo, o Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de São Paulo (Sindigraf), a Associação Brasileira de Empresas com Rotativa Offset (Abro) e Associação Brasileira de Tecnologia Gráfica (ABTG), além da Abigraf Nacional. O projeto está sendo realizado pela consultoria RH Couto e tem a coordenação do empresário Carlos Jacomine, presidente da Abro e diretor da Abigraf Nacional.

Os dados serão representativos dos segmentos de empresas atendidos pela Abigraf, Abro e Abtg e serão levantados de fontes primárias (as próprias gráficas e entidades da cadeia produtiva do setor), através de um grande volume de questionários e entrevistas, e de fontes de dados secundários, como IBGE, CAGED, Federações estaduais da indústria e outras.

O levantamento anterior foi o Estudo Setorial da Indústria Gráfica, realizado em 2009 em parceria com o Sebrae, que apurou informações parecidas e focadas em dados quantitativos. Para o estudo atual, a proposta é qualificar as informações com análises e projeções, através de entrevistas com lideranças do setor, em dois momentos – primeiro com a finalidade de identificar as tendências econômicas, no início do projeto, e depois, ao final, para validar as tendências mais importantes da indústria gráfica.

Receita Federal cria serviço digital para registro de papel imune

Desde o dia 7 de dezembro os pedidos referentes ao Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) podem ser solicitados à Receita Federal do Brasil por meio de processo digital aberto no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC), conforme Instrução Normativa RFB nº 2.022, de 16 de abril de 2021. A inclusão do Regpi no serviço digital foi estabelecida pela portaria Cofis nº 42, de 1º de dezembro de 2021, e atende pleito encaminhado pela Andipa a partir do relato de empresas que enfrentavam dificuldades para entrar com pedido de concessão ou renovação do Regpi. Informado do problema, o Coordenador-Geral de Fiscalização (Cofis), Altemir Linhares de Melo, respondeu que seria criado um serviço digital específico para tratamento dos pedidos de registro especial de papel imune.

Devido à pandemia, as unidades da Receita Federal estão com atendimento presencial restrito e os serviços foram direcionados para o sistema e-

Processos. No entanto, os pedidos referentes ao papel imune não tinham uma área específica para preenchimento. Até meados de setembro os processos estavam sendo encaminhados através de outro campo, manobra que posteriormente foi bloqueada. Desta forma, para os pedidos mais urgentes, o contribuinte era orientado a entrar em contato, pelo chat da Receita Federal, com a equipe de atendimento. Com a publicação da portaria, foram eliminados os caminhos alternativos para protocolo, que deve ser registrado na área de concentração temática (ACT) Cadastro no e-CAC, com a devida documentação.

O registro é obrigatório para empresas – fabricantes, distribuidores, importadores, empresas jornalísticas ou editoras (usuários) e gráficas – que operam com o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, com a imunidade prevista na alínea “d” do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal (Lei 11.945/2009).

Andipa apoia Power of Print

Com o tema “O lugar da mídia impressa em um mundo digitalizado”, a edição de 2021 do Power of Print (P.O.P) teve o apoio institucional da Andipa. Promovido em parceria por Two Sides, o Jornal Propmark e a ESPM, o evento, online e gratuito, destacou a eficácia da mídia impressa na comunicação. Profissionais renomados do mercado publicitário do Brasil, da Argentina e da Inglaterra contaram por que o papel é indispensável nas campanhas e como a comunicação impressa pode ser inovadora e alinhada às questões ambientais.

O P.O.P de 2021 foi realizado no dia 15 de dezembro, com transmissão pela internet e tradução simultânea. O evento é voltado para o mercado publicitário, profissionais de planejamento, atendimento, mídia, criação e marketing, além de designers, anunciantes, estudantes e profissionais de jornais e revistas.



Ibá e Receita Federal firmam convênio de cooperação sobre o papel imune

Publicação da edição 225 do Diário Oficial da União, do dia 1º de dezembro, tornou público o convênio celebrado entre a União, por intermédio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), e a Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), associação que representa a cadeia produtiva de árvores plantadas, que inclui os fabricantes de papel. O extrato publicado especifica apenas que o objeto do convênio é a cooperação técnica para a detecção de fraudes fiscais decorrentes do desvio de finalidade do papel imune.

Ainda em abril deste ano, a Receita Federal informou que a Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis) realizava estudo visando a reformulação da regulamentação do Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi). Em 1º de julho de 2021, a RFB publicou a Instrução Normativa (IN) 2.037, prorrogando por mais um ano o prazo para renovação do Regpi, atendendo pleito apresentado pela Andipa, em fevereiro, no qual alertava que as empresas teriam dificuldades para a renovação, que deveria ocorrer até o dia 24 de julho de 2021 (IN nº 1.817, de 20/07/2018).

O registro, pela Lei 11.945/2009, é obrigatório para as empresas que operam com o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, com a imunidade prevista na Constituição Federal (“d” VI art 150).

Junto com a solicitação de prorrogação, a Andipa apontou para outro ponto frágil da regulamentação vigente, que é a exigência da apresentação de alvará de localização e funcionamento, expedido pelo órgão de fiscalização municipal do local onde as atividades serão desenvolvidas (VI, Art. 3º da IN). Além de depender da legislação de cada município, o alvará é dispensado para algumas atividades, incluindo a distribuição de papel, por força da Lei Federal de Liberdade Econômica (Lei 13.874/2019). A Receita Federal respondeu que a análise desta questão seria deslocada para o contexto do estudo em curso e que a expectativa era a publicação de nova Instrução Normativa até julho de 2022. Conforme informado à Andipa naquela ocasião, as entidades representativas deverão ser ouvidas no processo para a reformulação.

“Enfatizamos a necessidade do efetivo combate ao desvio de finalidade do produto imune de impostos para proteção do mercado de papel, para dar segurança jurídica às operações e garantir o abastecimento. Do contrário, o ilícito acaba sendo fomentado”, destacou o presidente executivo da Andipa, Vicente Amato Sobrinho, após reunião com equipe da Receita Federal para expor os problemas identificados.

Desde 2018, o papel imune aparece ao lado dos seto-

res de cigarros, bebidas e combustíveis, no Plano Anual de Fiscalização da RFB. Em entrevista ao NewsPaper, publicada na edição 81 (setembro/2021), o Coordenador-Geral de Fiscalização da RFB, Altemir Linhares de Melo, disse que o sistema de fiscalização e controle sobre o papel imune com imunidade tributária ainda precisa evoluir e a intenção é aproveitar a oportunidade de reformulação da Instrução Normativa que trata do Regpi para avançar no tema.

As informações disponibilizadas até o momento não deixam claro qual a relação entre o estudo em andamento e o convênio assinado entre Ibá e a Receita Federal. O NewsPaper encaminhou perguntas para as duas instituições e aguarda as respostas.

O comunicado divulgado pela Ibá ressalta que o convênio permitirá aprofundar a ação conjunta de ambas as instituições para combater a fraude fiscal conhecida como desvio de finalidade do papel imune. A partir de agora serão realizadas “reuniões técnicas entre Ibá e RFB para troca de informações mais aprofundadas e elaboração de estratégias”.

De acordo com as informações repassadas pela assessoria de imprensa da Ibá, os agentes da Receita receberão treinamento, por meio de eventos de capacitação, promovidos pela associação para identificação dos tipos de papéis e seus usos. A Ibá ainda fornecerá informações estratégicas como dados e estatísticas sobre a comercialização da produção nacional e da importação do material, além de assistência técnica para identificar a ilegalidade. A nota destaca que a cooperação técnica para a detecção de fraudes fiscais valerá tanto para a produção nacional quanto para a importação do papel imune, compreendido nos produtos classificados sob capítulo 48 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

No texto de divulgação do convênio, a Ibá afirma ainda que o “desvio de finalidade de papel imune impediu que R\$ 3,5 bilhões fossem arrecadados nos últimos 10 anos”. A entidade também cita estimativa de “que de todo papel imune que circulou no Brasil em 2020, volume de cerca de 55% tenha sido comercializado de maneira ilegal. Isto significa um desvio de R\$ 520 milhões que deveriam ter sido arrecadados pelo País ano passado”.

Dentre as perguntas encaminhadas, o NewsPaper pede mais detalhes do levantamento apresentado, como os volumes de papéis (em toneladas), qual a relação dos valores apurados com os aumentos nos preços dos papéis e qual o impacto da pandemia no desvio estimado pela Ibá.

Transformação e comunicação na pauta da última reunião do Copagrem de 2021

A última reunião plenária de 2021 do Comitê da Cadeia Produtiva do Papel, Gráfica e Embalagem (Copagrem) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) foi realizada no dia 3 de dezembro, com parte dos membros presentes na sede da entidade e parte online. O Brasil em um mundo em transformação e o poder da comunicação na pandemia foram temas do encontro, que foi encerrado com almoço de confraternização.

O primeiro palestrante foi o embaixador Rubens Barbosa, presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior (Coscecx) da Fiesp, recém nomeado como presidente de honra do Copagrem. Apresentando um panorama da China e dos Estados Unidos e da relação entre os dois países que disputam a hegemonia nas áreas tecnológica e econômica, Barbosa apontou para um movimento de cooperação entre os países nas próximas décadas e destacou pontos que merecem atenção por parte do Brasil. Segundo ele, as questões ambiental e climática estão no centro da preocupação de diversas nações, com o consequente impacto nas economias.

Outra transformação, que acarretará forte mudança no futuro breve, é a revolução na comunicação e na inovação tecnológica, principalmente, com o 5G e a Inteligência Artificial e seus impactos na vida de todos, incluindo empresas e países. O palestrante também apontou que a desigualdade social e entre os países é também uma emergência a ser enfrentada, assim como a pobreza, mais evidente hoje.

Conforme o embaixador, o Brasil deve exercer sua liderança na região pelo fato de ter mais de 70% da

área da região, uma vez que não existe mais separação entre o que ocorre no mundo e nos países, com repercussões econômicas, tecnológicas e de inovação.

Por fim, ele falou sobre o que fazer para dinamizar o comércio exterior do Brasil, como registrou a Agência de notícias Indusnet. De acordo com Barbosa, as empresas brasileiras enfrentam problema de competitividade, o que afeta a participação dos manufaturados no exterior, e a saída de empresas do território, o que afasta o país do fluxo dinâmico internacional. Hoje o Brasil ocupa a 14ª posição no ranking de países que mais produzem e, no passado, esteve em 6º lugar, contextualizou o embaixador, alertando que a governança precisa estar atenta ao cenário internacional, pois o país se insere nesse mundo com grandes desafios a enfrentar: políticos, econômicos, empresariais, de mudanças climáticas, tecnológicas e de comércio exterior.

Comunicação

Segundo palestrante da reunião, o jornalista Heródoto Barbeiro deu ênfase ao poder da comunicação na pandemia a fim de atualizar o Comitê sobre os mecanismos atuais de propagação de mensagem. Hoje qualquer pessoa pode ser um 'jornalista', "com a internet em mãos e o poder da propagação da comunicação, o indivíduo com um ínfimo conhecimento, ou não, escreve um texto e o disponibiliza nas redes", disse. Relembrando o histórico de polêmicas com vacinas no Brasil, Barbeiro citou as 'fake news' e concluiu ressaltando que a credibilidade é o único produto do jornalista.

ESTATÍSTICAS

Importação mantém retração, com exceções

A entrada de papéis importados em 2021, até novembro, continuou em níveis abaixo de 2020, com algumas exceções, conforme os números disponíveis no Portal Comex Stat, sistema para consultas e extração de dados do comércio exterior brasileiro do Siscomex. As entradas de papéis em geral, classificados no Capítulo 48 do Sistema Harmonizado (SH) de classificação de mercadorias, registraram crescimento de 11% ante ao mesmo período do ano passado, mas foram 13% menores do que as apuradas nos mesmos meses de 2019.

Na consulta refinada por código NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul), dos sete principais tipos de papéis comercializados pelos canais de distribuição, apenas o cartão mantém crescimento em 2021 sobre os dois anos anteriores. Nos onze meses deste ano foram importadas 55,7 mil toneladas de papel cartão (NCM 4810.92.90), aumento de 53% sobre as 36,5 mil toneladas do mesmo período de 2020. De janeiro a novembro de 2019 foram internalizadas 44,2 mil toneladas na mesma NCM.

Com volume modesto, o grupo de ofsete (NCMs 4802.55.99 e 4802.57.99) também teve crescimento nas entradas acumuladas deste ano na comparação com 2020. Neste ano, o sistema de dados do comércio exterior apontou 4,1 mil toneladas destes papéis, o que equivale a alta de 17% sobre o ano passado, e a queda de 70% sobre 2019. No ofsete as importações diminuíram 75%, de 13,8 mil toneladas nos onze meses de 2019 para 3,5 mil toneladas no mesmo período de 2020.

A importação de papel cortado, o *cut size* que corresponde às NCMs 4802.56.10 e 4802.56.99, caiu 37,5%, de 12,8 mil toneladas de janeiro a novembro de 2020 para 8 mil toneladas no mesmo período deste ano. Em 2019, nos mesmos meses, entraram no país 22,5 mil toneladas de *cut size*.

Já no LWC (NCM 4810.

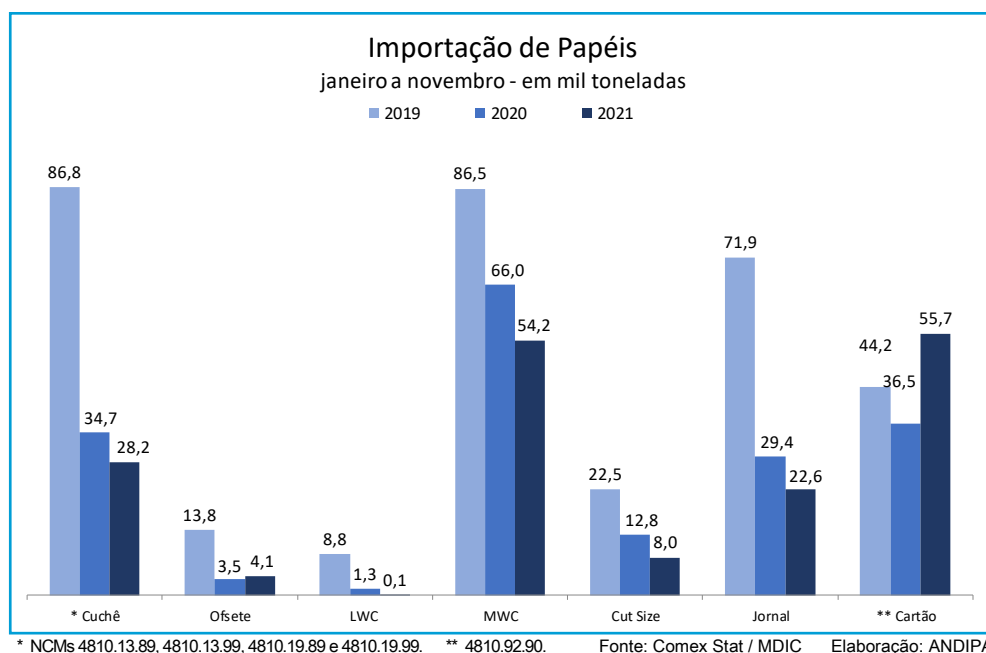
22.90) as importações seguem praticamente paradas desde maio de 2020. No acumulado até novembro, a Comex Stat registra apenas 150 toneladas de LWC em 2021 e 1,3 mil toneladas de 2020. Nos onze meses de 2019, a entrada de LWC estrangeiro somou 8,8 mil toneladas.

Pelos dados da Secex, de janeiro a novembro deste ano desembarcaram no País 22,6 mil toneladas de papel jornal (NCMs 4801.00.30 e 4801.00.90), o que corresponde a uma queda de 23% sobre as 29,4 mil toneladas internalizadas no mesmo período de 2020 e menos de um terço das 71,9 mil toneladas de 2019.

Cuchê e MWC

Os desembarques de cuchê (considerando exclusivamente as NCMs 4810.13.89, 4810.13.99, 4810.19.89 e 4810.19.99) somaram 28,2 mil toneladas em 2021, 18,7% menos que as 34,7 mil toneladas anotadas nos onze meses do ano passado. Em 2019, até novembro foram importadas 86,8 mil toneladas de cuchês nas quatro classificações.

No caso do papel MWC (NCM 4810.29.90), a retração de um ano para o outro foi menor. Conforme os dados oficiais, foram importadas 86,5 mil toneladas de MWC entre janeiro e novembro de 2019, ante 66 mil toneladas apuradas no mesmo período do ano seguinte. Agora, em 2021, foram internalizadas 54,2 mil toneladas de MWC até novembro, 18% menos que no mesmo período de 2020.



ESTATÍSTICAS

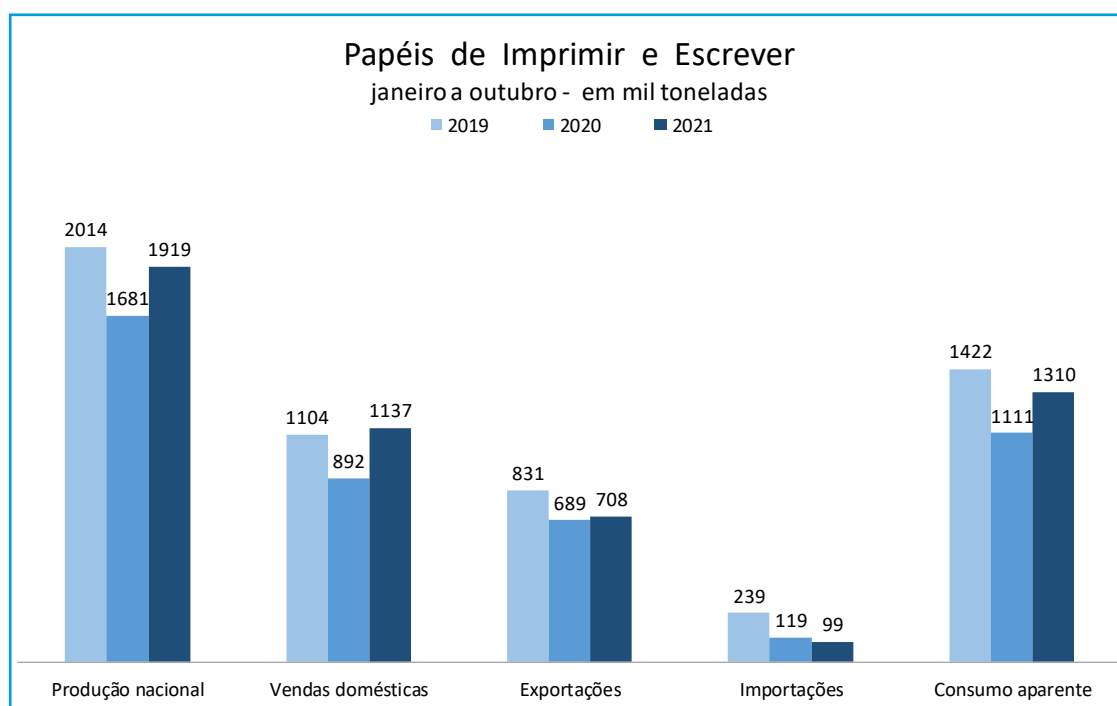
Consumo de papéis de imprimir e escrever em 2021 se aproxima do volume de 2019

Considerando os dados disponíveis de janeiro a outubro, o consumo de papéis para imprimir e escrever (I&E) no País atingiu 1,3 milhão de toneladas, em 2021. O volume supera em 18% o consumo de igual período de 2020, ano que foi fortemente impactado pelas paralisações decorrentes da pandemia de Covid-19. A diferença para 2019, que era de dois dígitos no primeiro semestre, foi ficando menor ao longo deste ano e chegou a 7,9% de redução no acumulado dos dez meses. O consumo aparente é resultado da soma dos volumes de produção e de importação, descontado do total exportado, conforme consta no boletim mensal da Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ) Dados Papel.

Entre janeiro e outubro, a produção de papéis para imprimir e escrever somou 1,9 milhão de toneladas neste ano, volume 14% maior do que em 2020 (1,7 milhão de toneladas) e 4,7% aquém de 2019 (2 milhões de toneladas), como apontados nas edi-

ções 20 e 32 do boletim estatístico. As importações de I&E somaram 99 mil toneladas nos dez meses deste ano, uma diminuição de quase 17% em relação ao mesmo período do ano anterior (119 mil toneladas) e de -58% ante as 239 mil toneladas internalizadas entre janeiro e outubro de 2019. Já a parcela da produção destinada à exportação teve alta de 2,8% sobre 2020, passando de 689 mil toneladas para 708 mil toneladas, volume que ainda ficou 14,8% abaixo do mesmo período de 2019 (831 mil toneladas).

O maior destaque positivo no segmento de I&E do período foi a venda doméstica, que cresceu 27,5% no comparativo com 2020 e 3% em relação aos mesmos meses de 2019. De acordo com os dados dos fabricantes para o período de janeiro a outubro, foram destinadas ao mercado interno 1,14 milhão de toneladas neste ano, contra 892 mil toneladas em 2020 e 1,1 milhão de toneladas no ano de 2019.



Fonte: Dados Papel - IBÁ - edições 20 e 32

Elaboração: ANDIPA

ESTATÍSTICAS

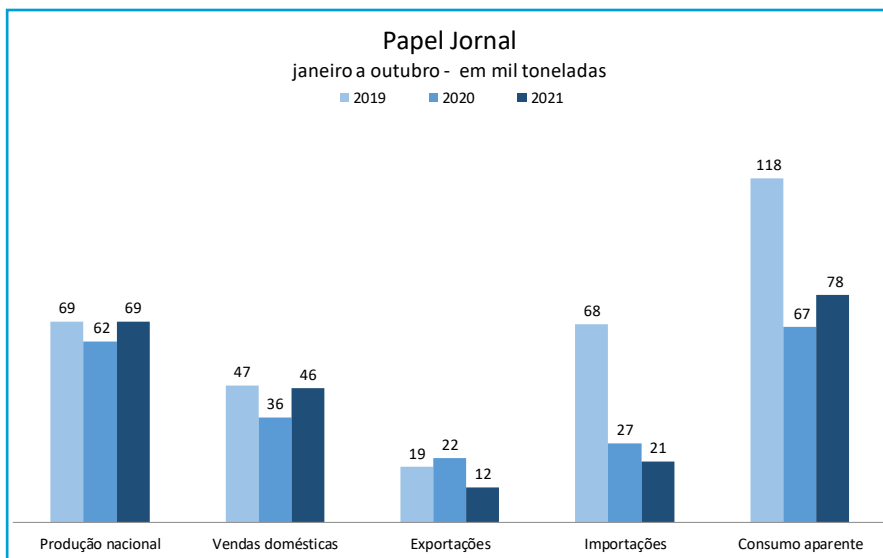
Desempenho nos outros segmentos

Além de I&E, as estatísticas da indústria nacional apresentam os dados dos segmentos de Embalagem, Imprensa (jornal), Cartão, Sanitários e Outros. No geral, a produção brasileira de papéis para todos os fins cresceu em relação às parciais dos últimos dois anos, batendo 8,9 milhões de toneladas entre os meses de janeiro e outubro deste ano.

Considerando todos os tipos de papéis, as vendas domésticas também tiveram alta no comparativo dos três anos. Já os embarques para o exterior seguiram caminho inverso, com reduções de 5,3% sobre 2020 e de 8,8% sobre 2019. Nas importações de papéis em geral, o resultado do ano até outubro cresceu 14,5% em relação a 2020, mas ainda ficou 13% aquém a 2019.

O mercado de distribuição de papel atua, geralmente, nos segmentos consumidores de I&E, cartão, jornais e de alguns papéis especiais, classificados como outros, ofertando tanto o produto nacional quanto o importado. Os papéis para embalagens e sanitários seguem outras vias de comercialização.

No resultado dos dez meses deste ano sobre os de 2020, o boletim da Iba aponta crescimento de 11% na produção de papel jornal (69 mil toneladas), com alta de 28% na venda interna (46 mil toneladas) e com quedas de 45% na exportação (12 mil toneladas) e de 22% nas importações (21 mil toneladas).

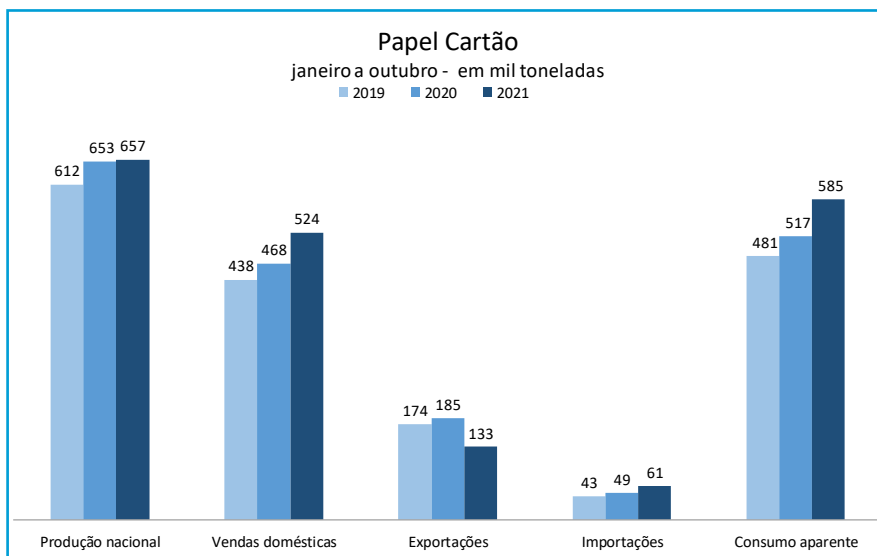


Fonte dos gráficos: Dados Papel - IBA - edições 20 e 32

Elaboração: ANDIPA

Papel cartão

O mercado de papel cartão continua aquecido, com consumo aparente em alta em comparação com os dois últimos anos. Conforme as estatísticas da Iba, entre janeiro e outubro deste ano, foram apuradas 585 mil toneladas como consumo aparente, o que equivale a alta de 13% sobre as 517 mil toneladas de igual período do ano passado, ou de 21,6% se comparado com as 481 mil toneladas dos dez meses de 2019. A produção até outubro somou 657 mil toneladas em 2021, ante 653 mil toneladas no mesmo período de 2020 e 612 mil toneladas, em 2019. Entre janeiro e outubro, a venda doméstica somou 524 mil toneladas em 2021, ante 468 mil toneladas em 2020 e 438 mil toneladas em 2019. A entidade aponta ainda a importação de 61 mil toneladas de papéis nas classificações de cartão, no período de 2021, contra 49 mil toneladas de 2020 e 43 mil toneladas nos mesmos dez meses de 2019.



O único indicador com redução no segmento de papel cartão é o de exportação. Conforme as estatísticas da entidade, os embarques neste ano recuaram 28% em relação ao mesmo período de 2020, de 185 mil toneladas para 133 mil toneladas. Em 2019, foram exportadas 174 mil toneladas de papel cartão até outubro.

COLUNA TWO SIDES

O desafio dos lixões

A Política Nacional dos Resíduos Sólidos – PNRS, estabelecida pela Lei 12.305 de 2010, determina, entre outras coisas, a extinção dos famigerados “lixões” - depósitos de lixo a céu aberto, sem infraestrutura e manejo adequados para a biodegradação dos resíduos orgânicos. Estamos muito longe de alcançarmos essa meta. Hoje, mais da metade dos municípios brasileiros ainda destina seu lixo dessa maneira – a pior possível. Os prazos originais para o cumprimento da Lei vêm sendo dilatados sucessivamente. Agora o limite é 2024.

Para a extinção dos lixões, seria necessário começar reduzindo-se drasticamente a quantidade de resíduos encaminhados para a destinação final. Nesse sentido, a nossa primeira atitude deve ser evitar radicalmente o consumo desnecessário. A segunda atitude deve ser a reutilização de tudo o que é possível ser reaproveitado sem a necessidade de reprocessamento industrial – princípio básico da tão falada economia circular. Na impossibilidade de reutilização dos resíduos, devemos reciclar os materiais que possam servir como matérias-primas para a fabricação de novos produtos. Os resíduos orgânicos deveriam ser compostados em instalações com essa finalidade.

Estima-se que 30% do lixo poderia ser reciclado, mas desse total apenas 4% segue para reciclagem. É um número baixíssimo, principalmente se considerarmos que a reciclagem pode gerar economia de recursos e riquezas, além dos evidentes benefícios ambientais.

O lixão tem vários problemas, fáceis de se perceber. Entre outros, a ocupação de espaços próxi-

mos às cidades onde o lixo é produzido, a proliferação de pragas, a contaminação do meio ambiente com substâncias tóxicas e a emissão de gases do efeito estufa, particularmente o metano (CH₄).

Esse último está em debate neste momento. Na COP26, realizada em Glasgow, em novembro, o Brasil se comprometeu, junto com cerca de 100 países, a reduzir em 30% as emissões de metano até 2030. Quando se fala em gases do efeito estufa a atenção tem sido maior na necessidade de redução das emissões de CO₂. No entanto, o metano também tem um papel muito importante no aquecimento global, principalmente se considerarmos que seu potencial de aquecimento é cerca de 28 vezes maior do que o dióxido de carbono. Os lixões brasileiros são responsáveis por 5% das nossas emissões de metano. Ou seja, o cumprimento da Lei de 2010 e a consequente extinção dos lixões – que já deveria ter acontecido – daria uma importante contribuição para o cumprimento do nosso compromisso na COP26 e para o combate às mudanças climáticas.

Nesse cenário, produtos de papel, cartão e papelão se destacam de maneira gritante. Segundo dados recentes da Associação Nacional dos Aparistas de Papel – Anap – 69% desses materiais foram reciclados em 2020. Se considerarmos apenas as embalagens feitas a partir da celulose, então chegamos a 83%. Além disso, cartão e papelão são oriundos de árvores cultivadas – matéria-prima renovável cuja produção sequestra carbono da atmosfera.

Equipe de Two Sides

Two Sides é uma organização global, sem fins lucrativos, criada na Europa em 2008 por membros das indústrias de base florestal, celulose, papel, cartão e comunicação impressa. Two Sides, a mais importante iniciativa do setor, estimula a produção e o uso conscientes do papel, da impressão e das embalagens de papel, bem como esclarece equívocos comuns sobre os impactos ambientais desses recursos.

Saiba mais e torne-se apoiador: twosides.org.br ou lovepaper.org.br e ainda, al.twosides.info